



Anais da Assembléia

N.º 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 28 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1985.

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado Eduardo Baggio e pela Senhora Deputada Amélia Hruschka.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França e Werner Wanderer (12). Achando-se em licença os Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 97/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º

04/85, celebrado em 05 de fevereiro de 1985, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem- DER e o Município de Curitiba, através da URBS - Urbanização de Curitiba S.A., objetivando a execução, pela URBS, de serviços de revestimento com pedra irregular, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 98/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios de Cooperação n.ºs 01/84 e 01/85, celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 1984 e 1.º de fevereiro de 1985, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Londrina- PAVILON, objetivando a execução de obras de recuperação do sistema viário do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MEENSAGEM 99/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n.ºs 2/84 e 1/84, celebrados, respectivamente, em 12 de dezembro de 1984 e 8 de fevereiro de 1985, entre o Estado do

Curitiba, terça, em 28.05.85

Paraná e a Petrobrás Distribuidora S.A., objetivando o fornecimento de produtos asfálticos para aplicação, pelo Departamento de Estradas de Rodagem- DER, em obras de pavimentação do sistema viário do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 100/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 3/83, celebrado em 20 de outubro de 1983 pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, com o Município de Paranavaí, objetivando a construção da ligação rodoviária, trecho BR- 376, Mandiocaba, do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 101/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n.ºs 02/85 e 03/85, celebrados entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, com a participação das Secretarias de Estado dos Transportes e de Assuntos Comunitários e, respectivamente, os Municípios de Colombo, em 1.º de fevereiro de 1985, e Piraquara em 5 do mesmo mês e ano, objetivando a prestação de auxílio financeiro pelo DER, para a execução de

serviços de revestimento, nos Municípios signatários.

O interesse público na aprovação da mesma ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 102/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética- PME/ Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros:

Município	N.º	Data da celebração
Almirante Tamandaré	35/84	20.08.84
Araucária	36/84	31.08.84
Balsa Nova	37/84	31.08.84
Bocaiuva do Sul	38/84	31.08.84
Campina G.do Sul	39/84	31.08.84
Campo Largo	40/84	20.08.84
Colombo	41/84	20.08.84
Contenda	42/84	31.08.84
Piraquara	44/84	20.08.84
Quatro Barras	45/84	31.08.84
S.José dos Pinhais	47/84	20.08.84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 103/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 1.º de abril de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética- PME pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros:

Município	N.º do Convênio
Almirante Tamandaré	01/85
Campina G. do Sul	02/85
Colombo	03/85
Curitiba	04/85
Piraquara	05/84
Quatro Barras	06/84
R.Branco do Sul	07/84
S.José dos Pinhais	08/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 104/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Retificação e Ratificação celebrados pelo Estado do Paraná- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com as partes, datas e objetivos conforme abaixo se menciona:

I- com o Ministério do Trabalho, datado de 21 de dezembro de 1984, ao Convênio SINE/Mtb 22.14.84, celebrado em 27 de fevereiro de 1984, visando a implementação do Sistema Nacional de Emprego- SINE, no Estado do Paraná; e

II- com a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, datado de 28 de dezembro de 1984, ao Convênio SEIC/FECLI, celebrado em 13 de novembro de 1984, visando acelerar o desenvolvimento através da caracterização de alternativas e identificação de oportunidades de investimentos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa

Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 105/85

Curitiba, 23 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 62/84, celebrado em 26 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-obra, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra à população de baixa renda.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Emenda:

EMENDA

Substitua-se a expressão: "declarações" por "esclarecimento" no texto do requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

Ofício n.º 013/85

Curitiba, 28 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Com o presente, comunico a Vossa Excelência minha decisão irrevogável de solicitar desligamento das comissões técnicas deste Poder.

Na oportunidade, apresento minhas

Cordiais Saudações

(a) AIRTON CORDEIRO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 036/85, que denomina de Prefeito João Batista Distefano a PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Romanzini Filho, ocorrido em União da Vitória.

Industrial e comerciante conceituado em União da Vitória, o extinto era muito admirado naquela cidade pela contribuição que vinha oferecendo a toda a comunidade.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Antônio Annibelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,

REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NILZA SOARES MACHADO, ocorrido no dia 26 do corrente em Curitiba, tendo sido sepultada em Antonina.

A extinta era viúva e deixou 3 (três) filhos na cidade de Antonina, esteio de tradicional família capelista, onde era muito estimada por toda a classe de professores e alunos e por ter exercido as funções de Inspectora de Ensino e Diretora de vários Estabelecimentos de Ensino do Estado. O seu desaparecimento causou grande consternação na sociedade Antoninense, onde permanentemente liderava campanhas assistenciais em favor dos carentes daquela comunidade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa de seu filho João Machado Júnior, residente a Rua Vicente Machado, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olímpio Marques, ocorrido no dia 12 de maio do corrente ano, na cidade de Palmas, e que se formule as condolências à família do extinto.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Olímpio Marques, natural de Palmas, onde nasceu a 25 de maio de 1910, era funcionário aposentado da Secretaria da Saúde Pública, tendo sido eleito por três vezes como Vereador mais votado de seu Município, tendo ocupado a Presidência da Câmara Municipal e exercido o cargo de Juiz de Paz, bem como o de Prefeito.

O extinto deixa viúva a Senhora Leli Campos Marques, quatro filhos, Joni, Jane, Maria olímpia e Joir, além de sete netos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento aos 87 anos do Senhor Joaquim Vicente de Castro, ocorrido na cidade de Apucarana, no dia 27 do corrente.

O extinto foi um desbravador do Norte do Paraná, fundou a cidade de Fênix na região do Vale do Ivaí; transferiu sua residência para a cidade de Apucarana, onde residiu até sua morte.

Deixou três filhos, entre eles, o Doutor Vicente Joaquim de Castro, residente à Rua Ozório Ribas de Paula, 395, Caixa Postal, 146- Apucarana, a qual solicitamos seja notificado da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor PAULO OLIKIEWSKI, ocorrido em General Carneiro, no último dia 25.

O extinto faleceu aos 70 anos de idade, deixando uma lacuna irreparável na região de General Carneiro, onde dedicou toda sua vida a praticar o bem, deixando vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de sua convivência.

Homem inteligente, cristã e humano,

bom esposo, bom pai, bom amigo, inclusive como dedicadíssimo companheiro de lutas políticas trabalhistas do saudoso chefe político da região, inesquecível Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja comunicado à família enlutada. Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com o Senhor FLÁVIO GHELERE JUNIOR, pela sua posse como Prefeito da cidade de São Miguel do Iguacu.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao ilustre cidadão.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, pela realização do Encontro de Saúde Comunitária do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A saúde é um direito que se conquista. Já foi o tempo em que a demagogia e o paternalismo imperavam na saúde pública paranaense. Os programas e as ações de saúde destinadas ao povo não tem hoje mais aquele rancho tecnocrático, de cima para baixo, sem se abrir ao questionamento e contribuição dos trabalhadores em saúde e da população de uma forma geral.

Os Encontros Regionais de Saúde, têm sido uma demonstração das mudanças que ocorreram e estão ocorrendo neste setor. O recente 1.º Encontro de Saúde Comunitária do Norte do Paraná, realizado no último dia 11, em Londrina, contou com cerca de 1300 participantes discutindo durante todo o dia os principais assuntos de saúde do momento: A saúde do trabalhador, da mulher, saúde da boca, saúde escolar, constituinte e saúde (ver resumo no recorte do Jornal Folha de Londrina, em anexo).

Nós, do Poder Legislativo, nos sentimos co-responsáveis por este processo. O sucesso dos Encontros Regionais de Saúde nos confirmam o acerto de termos contribuído para a aprovação do

orçamento, dos planos e programas do Governo José Richa. Ainda há muito por ser feito. Há falhas e defeitos. Tanto nas programações como no desenvolvimento dos recursos humanos, mas, temos a convicção de que, à medida em que os profissionais de saúde e a população aprimorem sua organização, melhores condições serão conquistadas para o aperfeiçoamento das ações de saúde.

É certo que a saúde é um direito que se conquista. E nesta luta estão juntos os profissionais de saúde e as lideranças comunitárias de todo o Norte do Paraná. Foi o que ficou demonstrado no último dia 11.

Parabéns aos promotores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos organizadores do 1.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde, (Campo Mourão, 26 a 28 de abril de 1985).

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Os agentes de saúde constituem hoje, no modelo de atenção primária de saúde em franco desenvolvimento no Paraná, um dos pilares para o aperfeiçoamento do sistema prestador de serviços de saúde.

De sua organização depende a conquista dos direitos legítimos que reivindicam. Melhores condições de trabalho, uma política salarial justa, plano de cargos e salários e reconhecimento da profissão foram os pontos centrais do recente 1.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde, realizado em Campo Mourão, e que contou com 240 participantes, de 38 municípios.

Nosso compromisso de lutar junto e contribuir para a conquista de melhores condições de saúde para o povo está de pé.

Parabéns pelo sucesso do encontro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à pessoa do Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, Diretor-Presidente do Conglomerado BAMERINDUS, pelo recebimento do título de "Personalidade AECIC 84".

Desta decisão, requer ainda, seja dado ciência àquela autoridade no seguinte endereço: Rua Comendador Araujo, n.º 551 - Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em ata VOTO DE LOUVOR à Televisão Tarobá de Cascavel, Canal Seis, pelo lançamento do programa "Fruta da Terra", na pessoa do seu Diretor-Presidente Pedro Muffato e do seu Diretor Jorge Luis Guirado.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Dedicado à integração e promoção do homem do campo, o programa Fruto da Terra é produzido integralmente por profissionais locais, do quadro próprio da emissora. Com audiência sempre crescente, Fruto da Terra é um programa que cumpre uma finalidade social dos meios de comunicação, qual seja a de promover e difundir tecnologias que auxiliem na melhoria da qualidade de vida do homem brasileiro, principalmente o trabalhador rural, que é o grande esteio produtor das riquezas nacionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais desta Casa Legislativa, de um voto de louvor a Sua Excelência Doutor JOSÉ RICHA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, pela criação e estréia nacional, em data de hoje, da Orquestra Sinfônica do Paraná.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A data de hoje, 28 de maio de 1985 é histórica para o Estado do Paraná.

Dentro de umas poucas horas um antigo sonho da classe artística e da sociedade paranaense estará se realizando: estreará a Orquestra Sinfônica do Paraná.

A dignidade histórica da música, sua importância em todos os tempos e em todos os meios por si só dispensa

justificativas. Tudo leva a crer que a música que sempre acompanha o homem, o antecede na terra associada à poesia e à dança. A Música da humanidade primitiva como reação emocional em face do ambiente terá surgido muito cedo.

A sua prática nas civilizações antigas como Egito, Judéia, China e Índia, nos comprova que ela fazia parte íntima, essencial de uma alta hierarquia entre as artes.

Immanada às sucessivas transformações

da humanidade ela se renova num impulso decisivo submetida ao processo histórico e incorporando-se a ele.

Lembremo-nos da definição de KURT PAHLEN: "A música é fenômeno acústico para os prosaicos; problema técnico de harmonia, melodia e ritmo para os profissionais; expressão da alma que nos pode levar ao infinito e encerra todos os sentimentos humanos para quantos verdadeiramente a amam de todo o coração".

Ela sabe se fazer amada. Ela conhece sua função na nossa sociedade.

Ela nos emociona. Ela bebeu da fonte da juventude. Ela é e será eterna.

Portanto não podemos deixar passar em branco o nascimento da filha mais jovem e que prometeu ser a mais pródiga do Governo José Richa: A Orquestra Sinfônica do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Moção de Apoio desta Assembléia Legislativa, ao requerimento n.º 36/85, de autoria do Vereador José Paranhos de Mesquita, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Paranavaí, que objetiva a criação do Curso de Agronomia, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos como corretas as justificativas delineadas pelo eminente Vereador Paranhos de Mesquita em seu documento já aprovado pela ilustre Câmara de Vereadores de Paranavaí.

Acrescentamos ainda que a criação do Curso de Agronomia na Cidade de Paranavaí em muito contribuirá para a fixação de famílias na região do Noroeste, onde justamente se verifica o processo de êxodo rural, com maior densidade, dentre todas as regiões paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes junto à EMOPAR, no sentido de que sejam procedidas reformas no prédio do Grupo Escolar São Cristóvão, no Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do

referido município.

Sala das Sessões, em 38/05/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação nos chega através de requerimento aprovado na Câmara Municipal de Capanema, atendendo pedido da Associação de Pais e Mestres e da Diretoria do referido Grupo Escolar São Cristóvão, sob a alegação de que o mencionado prédio encontra-se em estado precário, colocando em risco a segurança dos alunos. Necessário se faz a recuperação urgente do forro, bem como dos banheiros, além da construção de mais uma sala própria para a Secretaria, a fim de que as aulas não venham a ser suspensas por falta de segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do discurso proferido pelo Doutor JOSÉ CARLOS DE ANDRADE VIEIRA, no dia 27 do corrente mês, quando foi homenageado pelo Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, com o título "A PERSONALIDADE AECIC 1984".

Da decisão da Casa, solicito seja dada ciência ao Doutor José Carlos de Andrade Vieira, através da Presidência do Banco Bamerindus do Brasil, à rua Comendador Araújo, n.º 551, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado José Antônio Fonseca, ao final assinado exercitando o que se contém no Manifesto e no Programa do PMDB, conforme as suas prerrogativas regimentais, REQUER de Vossa Excelência, com aprovação do Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia, do editorial do jornal "O Encontro", publicado em 25/05 do corrente, sob o título "OS LAPROS DA NOVA REPÚBLICA", recortado em anexo ao presente.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

O artigo cumpre o sacerdócio político que a doutrina do PMDB, expressada pelo Manifesto e Programa do partido impõe aos seus parlamentares. E, considerando que o jornalista não tem a obrigação de empreender a pregação política, o artigo reveste-se de grande apreciação parlamentar e merece, quer pelo desprendimento do

jornal, quer pelo seu conteúdo de profunda análise política e de conduta governativa, ser elevado por esta Casa, a nível de expressão de sua tribuna, e guardado em seus Anais, como tributo de honra, e de estímulo ao jornalismo sério e esclarecedor.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 91/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - A requisição e a compra de passagens aéreas, bem assim o pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais, pelos órgãos e entidades da Administração Estadual, as Fundações sob supervisão das Secretarias de Estado, só poderão ser efetuadas diretamente às empresas brasileiras transportadoras ou por intermédio de agências de turismo registradas na Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.

Art.2.º - A utilização do transporte aéreo de passageiros e cargas, do Brasil para o exterior, ou vice-versa, pelos órgãos e entidades de que trata o artigo anterior, deverá ser feita em empresas nacionais, salvo no caso de ausência de conexões.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamento: José Antônio Fonseca, Antônio Annibelli, Adhail Sprenger Passos e Márcio Almeida.

JUSTIFICATIVA:

Um projeto de lei como o que ora apresentamos, além de transportar para o âmbito estadual dispositivo já existente na Administração Federal, justifica-se por si mesmo, dadas inequívocas implicações de ordem econômica e social que podemos obter pela simples obrigatoriedade de que o Poder Público, um dos grandes consumidores do País prestigie as empresas nacionais.

PROJETO DE LEI N.º 92/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - Fica denominado ENGENHEIRO GILBERTO JOSÉ DUDA, o trecho rodoviário compreendido entre o trevo da Rodovia PR-170 e a Cidade de Miraselva, neste Estado.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(aa) IVAN GUBERT, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,

ACIR MEZZADRI e HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por escopo prestar justa homenagem ao jovem engenheiro Gilberto José Duda, o qual tece sua carreira ceifada pela morte prematura, logo no seu início, quando trabalhava na condição de engenheiro residente no trecho da obra que, através deste, pretende-se emprestar seu nome.

Nestas condições, apelo aos nobres pares no sentido de que ao mesmo concedam seu apoio.

PROJETO DE LEI N.º 93/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - Fica criado o Município de PANEMA, com território desmembrado do Município de Santa Mariana, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas:

"Inicia na barra do Rio Paranapanema com o Ribeirão dos Veados; segue margeando o Rio Paranapanema, à montante, numa distância aproximada de 14.500,00 m, até a barra deste com o Rio das Cinzas; daí, segue margeando o Rio das Cinzas, à montante, numa distância aproximada de 13.000,00 m, até a barra deste com o Ribeirão Taquaruçu, confrontando com terras do Município de Itambaracá; daí, segue margeando o Ribeirão Taquaruçu, à montante, numa distância aproximada de 8.000,00 m, até a barra deste com o Córrego da Vencia, confrontando com terras do Município de Santa Mariana; daí segue margeando o Córrego da Vencia, à montante, numa distância aproximada de 2.200,00 m, até a barra deste com o Córrego Santa Flor, na mesma confrontação; daí, segue margeando o Córrego Santa Flor, à montante, até a sua cabeceira numa distância aproximada de 1.200,00 m, na mesma confrontação; daí segue por linha seca até o ponto mais próximo da estrada Quinzópolis, numa distância aproximada de 500,00 m, na mesma confrontação; segue pela estrada até a confluência da Rua Antonio Manuel dos Santos com a divisa da Fazenda Esperança nas proximidades do povoado de Quinzópolis, na mesma confrontação; segue pela Fazenda Esperança até encontrar o fundo dos lotes 10, 7, 4, 3, 2 e 1 na divisa de propriedade de Alberto Massan, seguido por esta até a Rua Antonio Manuel dos Santos (contornando e excluindo o povoado de Quinzópolis). Deste ponto, segue pela Estrada Santa Mariana a Assis-SP, estrada NH-001, até encontrar a estrada Matarazzo - NH-505, numa distância aproximada de 2.900,00 m, confrontando com terras do Município de Santa Mariana; segue pela estrada Matarazzo - NH-505, numa distância aproximada de 4.700,00 m, na mesma confrontação, até encontrar o

Ribeirão dos Veados; daí, segue margeando este Ribeirão, à jusante, numa distância aproximada de 16.000,00 m, confrontando com terras do Município de Leopólis, até o ponto inicial da presente descrição.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/05/85.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de PANEMA, localizado no Município de Santa Mariana, vem tornando nestes últimos anos um surto de progresso verdadeiramente animador, não só o comércio se desenvolve na cidade e a lavoura progride no campo, como se verifica pelo grande número de casas comerciais importantes e a quantidade de fazendas modernamente aparelhadas.

A economia de nossa região, se não é uma economia fabulosa, é porém, séria e criteriosa.

Todas as propriedades são providas de energia elétrica, com toda a infra-estrutura de maquinários. A eletrificação rural também atinge seu estágio máximo.

Em sua sede, o Distrito Administrativo de Panema conta com aproximadamente 6.500 (seis mil e quinhentas) casas, sendo que aproximadamente 40 (quarenta) são comerciais, devidamente cadastradas no C.G.C; contando ainda com uma casa bancária, devendo até o final do ano, inaugurar a segunda.

Quanto ao aspecto de saúde, toda a população é atendida através do Posto de Saúde, na parte preventiva.

Com relação à educação, contamos com dois ginásios, com 660 alunos matriculados no período diurno.

No campo da comunicação, temos o PS com 18 troncos, devendo até o final de outubro ser instalado DDD com capacidade para 300 terminais. A telefonia rural está no campo cobrindo uma boa parte das fazendas e nos locais que não tem telefone, a comunicação é efetuada através de rádio.

Sua economia se baseia principalmente na parte agrícola, visto ter sua topografia levemente ondulada, com terra roxa estruturada de alta-fertilidade. A produção média anual gira aproximadamente em: 340.000 sacas de soja; 370.000 sacas de milho; 120.000 arrobas de algodão e 200.000 sacas de trigo.

A parte pecuária conta com aproximadamente 3.000 cabeças de gado.

Diante do exposto e a anexação da farta documentação, conforme exigência legal, é que solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, o total apoio e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

A mesa, antes de transformar a Assembléia em Comissão Geral, vai proceder a discussão e votação dos projetos que constam da Ordem do Dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício n.º 013/85, datado do dia 28 do corrente mês, constante do expediente, da lavra do Sr. Deputado Airton Cordeiro, que comunica da sua decisão irrevogável de solicitar desligamento das Comissões Técnicas deste Poder. — Defiro, com base no Art. 70 § 1.º do Regimento Interno. À Diretoria Legislativa, para anotar.

A Mesa, antes de transformar a Assembléia em Comissão Geral, vai proceder a discussão e votação dos projetos que constam da Ordem do Dia.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ivan Gubert, Djalma de Almeida César, Acir Mezzadri e Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. —Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. —Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 58/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 88/85), que objetiva fixar normas legais pertinentes à isenção tributária e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). Com PARECER FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão o projeto.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — (Pela Ordem)

Foram encaminhadas à Mesa, emendas a esse projeto de lei que eu solicitaria fossem lidas.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Presidência vai se referir às emendas. Vossa Excelência requer que sejam lidas. O Sr. 1.º Secretário fará a leitura das emendas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

SUBEMENDA À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N.º 01 AO PROJETO DE LEI N.º 58/85

O § 1.º, do artigo 2.º, da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 58/85, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º ...

§ 1.º Para os efeitos previstos no “caput” deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) IVAN GUBERT

Apoioamento:

Acir Mezzadri,
Nelson Buffara,
Gilberto Carvalho,
Trajano Bastos,
Augusto Carneiro e
Péricles Pacheco.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N.º 02 AO SUBSTITUTIVO GERAL

O parágrafo primeiro do artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — Para os efeitos previstos no “caput” deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte.”

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoioamento:

Antônio Annibelli,
Adhail Sprenger Passos e
Márcio Almeida.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 03

1. EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

No § 1.º, do art. 2.º, onde se lê:

“... mês de janeiro do ano anterior ...”

Leia-se:

“...mês de janeiro de cada ano”.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoioamento:

Roberto Requião e
Antônio Annibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N.º 04

Modifica a redação do § 1.º, do art. 2.º

§ 1.º — Para os efeitos previstos no “caput” deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoioamento:

Antônio Annibelli,
Adhail Sprenger Passos e
→ Roberto Requião.

Em discussão o Projeto e as emendas.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Pelo que eu pude depreender, Sr. Presidente, das emendas apresentadas, todas elas, salvo erro de nossa parte, têm o mesmo objetivo. Já que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no projeto original, constava no § 1.º do artigo 2.º, que para o cálculo do valor das ORTNs, tomava-se por referência o valor vigente no mês de janeiro de cada ano, isto no projeto original, pelo exame detido que fizemos neste início de semana, da emenda substitutiva de autoria do relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, modifica nossa referência para o cálculo do valor da ORTN, considerando

o mês de janeiro do ano anterior, e não mais como estava na original, mês de janeiro de cada ano. Isso parece que vem dar como resultado uma disparidade extraordinária porque, se nós tomarmos como exemplo, o valor da ORTN de janeiro deste ano, e considerando cinco mil ORTNs, o valor parâmetro para considerar a empresa como microempresa, chegará ao valor de cento e vinte e dois mil e cento e sessenta cruzeiros. Mas, se considerarmos a ORTN do ano passado, janeiro de 1984, estas cinco mil ORTNs, passam a ter o valor de trinta e sete, setecentos e vinte e nove e noventa.

De modo que, Sr. Presidente, esta mágica transformando este aspecto veio nos surpreender, a todos nós que estivemos desde o primeiro momento analisando este projeto de lei. Desde muito tempo temos procurado, inclusive, fazer ver o Governo a necessidade de chegar a dez mil ORTNs, mas considerando o valor de cada ano, e não o valor do ano anterior. Se considerarmos o valor do ano anterior é evidente que o limite vai provocar uma diminuição considerável das empresas a serem consideradas como microempresários.

Como existem várias emendas praticamente do mesmo teor, e acredito Sr. Presidente, Salvo Melhor Juízo, que a Mesa poderá sintetizá-la numa só, porque o objetivo, parece-me, é o mesmo, votar no Substitutivo Geral, a redação constante do projeto original, neste aspecto específico do parágrafo do artigo 2º.

Era só Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Votação.

O Sr. Ivan Gubert — (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Para encaminhar a votação.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente. Quando a Comissão de Constituição e Justiça analisou a Mensagem Governamental, e nós ouvimos o Secretário das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos e seus assessores Agmar Arantes e Azolin, discutimos basicamente os pontos divergentes, e nos preocupamos em atender os reclamos da Associação de microempresários e, sobretudo, da comunidade de microempresários.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos um comparativo de todas as ponderações que estavam sendo feitas com a Mensagem Governamental. E naturalmente apoiamos e aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, a emenda do Deputado Hermas Brandão, que realmente solucionava em grande parte a todos os problemas levantados. E no dia da votação, com a presença do Assessor de Secretário das Finanças Agmar Arantes, foi questionado se outros temas não tinham sido alterados, e ele respondeu-me que não. E com surpresa, entendo que só pode ter havido um equívoco por parte daqueles que elaboraram a mensagem, alterou-se a época no qual o valor era fixado, de janeiro do ano em curso para janeiro do ano anterior.

Então, nós apresentamos a emenda substitutiva, que não é só minha, quero que fique como uma subemenda, até, de toda Comissão de Constituição e Justiça, de vez que nos parece ter havido, básico e simplesmente, um equívoco. E com esta subemenda, nós temos certeza, retornará, nesta parte, ao que se propunha a Mensagem Governamental, e sobretudo, estaremos acompanhando aquilo que diz a Legislação Federal.

Era isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente. A Bancada do PMDB votará favoravelmente esta emenda subscrita por diversos Deputados, até porque, nos parece ter sido, realmente, um erro da elaboração do Substitutivo Geral da CCJ, até porque cinco mil ORTNs, com o cálculo de janeiro atingiria o valor de cento e vinte e dois milhões e qualquer coisa e dez mil ORTNs, com base de cálculo em janeiro do ano anterior chegaria a setenta e poucos milhões de cruzeiros, o que vale dizer, estaríamos dando um aumento no valor de ORTNs; em compensação estaríamos tirando, na verdade e na prática, diminuindo o valor total para a microempresa.

Por isso mesmo, achamos que a emenda vem corrigir uma possível distorção na elaboração do Substitutivo Geral.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Continua em votação.

Em votação a emenda aprovada em 2ª Discussão, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Acir Mezzadri.

Aprovada.

Sobre a Mesa emendas número um, número dois, três e quatro. A Mesa vai submeter, embora se trate da mesma matéria, com o mesmo objetivo, vai submeter as emendas uma a uma para que o Plenário possa decidir qual a emenda que irá figurar na referida lei, com mais profundidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro que Vossa Excelência coloque englobadamente as emendas, pois se trata da mesma matéria. De acordo com o artigo 169, estamos em 3ª Discussão, Sr. Presidente, para que nós possamos então a nível de Comissão de Redação Final verificar qual é a Redação mais apropriada, de vez que se trata do mesmo assunto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa já decidiu ocasiões anteriores que em 3ª Discussão, as emendas serão uma a uma, é verdade que se trata do mesmo objetivo e as emendas são iguais. Agora, é problema de Redação, eu não sei se a Comissão de Redação teria competência para adotar ou fundir essas emendas, então solicitaria do Plenário, vou transferir para o Plenário a decisão da Votação em global ou da Votação nominal das emendas.

Srs. Deputados que aceitam a sugestão do Sr. Deputado Luiz Alberto de se votar em conjunto as emendas, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

As quatro emendas que tratam do mesmo objetivo, Srs. Deputados que as aprovam, queiram ficar como estão. —Aprovado.

As emendas irão à 4ª Discussão.

Ainda, sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05

O item IV, do art. 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV — “cujo titular ou sócio participe, com mais de 5 por cento do capital de outra empresa, desde que

a somatória da receita bruta dessas empresas ultrapasse o limite fixado no artigo 2.º”.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Irondi Pugliesi,

Traiano Bastos,

Tadeu Lúcio Machado,

Amélia Hruschka,

Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Em razão de tratar-se de item com caráter vedador inserido no texto de dispositivo proibitivo, pela redação original se alcançaria resultado inverso, ou seja: seria permitido que o titular de duas empresas, cuja somatória de suas receitas brutas ultrapasse o limite fixado no art. 2.º, tivesse assegurado o tratamento diferenciado, no campo tributário, às microempresas.

O equívoco é justificável, e já ocorreu anteriormente, de forma semelhante, quando se omitiu a palavra “não” da redação dada à alínea “c”, do § 1.º, do art. 92, da Constituição do Estado pela Emenda n.º 6, corrigida posteriormente pela Emenda n.º 7, que ficou conhecida como “EMENDA DO NÃO”.

Por outro lado, entendemos que não é prudente que a correção seja procedida na redação final do Projeto de Lei, vez que a supressão da palavra NÃO, muda completamente o sentido do texto original.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa ainda submete à votação o Substitutivo da CCJ.

—Aprovado.

As emendas aprovadas em 3ª Discussão irão à 4ª Discussão e votação, na próxima sessão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 19/85, (Mensagem n.º 05/85 — ex-Proposição n.º 07/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo de 13/12/84, ao Convênio EBTU n.º 007, de 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a EBTU, a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o IPPUC, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 20/85, (Mensagem n.º 10/85 — ex-Proposição n.º 12/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 176/84 de 16/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 21/85, (Mensagem n.º 06/85 — ex-Proposição n.º 08/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 26/12/84 através da Secretaria do Interior e o Município de Cerro Azul, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da Erosão Urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 22/85, (Mensagem n.º 12/85 - ex-Proposição n.º 14/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 23/85, (Mensagem n.º 13/85 - ex-Proposição n.º 15/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo, de 12/11/84 ao Convênio n.º 01/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o município signatário na execução de obras públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 24/85, (Mensagem n.º 14/85 - ex-Proposição n.º 16/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 22/11/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 25/85, (Mensagem n.º 16/85 - ex-Proposição n.º 18/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 09/12/84, n.º 11/84, através da Secretaria do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 26/85, (Mensagem n.º 17/85 - ex-Proposição n.º 19/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 278/84, de 16/08/84, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 27/85. (Mensagem n.º 21/85 ex-Proposição n.º 23/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL e o Município de Guaíra, visando implantação de uma Unidade Técnica de Planejamento com objetivo de assessorar ao Chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento Urbano. EM REGIME

DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 28/85, (Mensagem n.º 23/85 - ex-Proposição n.º 26/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 22/11/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 29/85, (Mensagem n.º 27/85 - ex-Proposição n.º 30/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 20/11/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, visando colaboração técnico-financeira a fim de possibilitar ao referido município, a formação de um viveiro de mudas de café. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 30/85, (Mensagem n.º 28/85 - ex-Proposição n.º 31/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 04/12/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e a FINEP, com interveniência do CNPQ, objetivando elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 31/85, (Mensagem n.º 29/85 - ex-Proposição n.º 32/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoração e Retificação, de 19/10/84, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 05/01/84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guaíra, com interveniência da SUDESUL, objetivando execução de obras de controle sanitário. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 32/85, (Mensagem n.º 32/85 - ex-Proposição n.º 37/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 16/08/84, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 33/85, (Mensagem n.º 33/85 - ex-Proposição n.º 38/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84 através da Secretaria dos

Transportes e os municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 34/85, (Mensagem n.º 34/85 - ex-Proposição n.º 39/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Re-Ratificação de 31/10/84, aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica com interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 35/85, (Mensagem n.º 36/85 - ex-Proposição n.º 41/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 36/85, (Mensagem n.º 38/85 - ex-Proposição n.º 43/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, Termos de Revigoração e Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e Comércio, com as partes, objetivos e datas conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 37/85, (Mensagem n.º 40/85 - ex-Proposição n.º 45/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 38/85, (Mensagem n.º 45/85 - ex-Proposição n.º 50/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor

João Romanzini Filho, ocorrido no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nilza Soares Machado, ocorrido no dia 26 de maio do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olímpio Marques, ocorrido no dia 12 de maio do corrente ano, no Município de Palmas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Vicente de Castro, ocorrido no dia 27 de maio do corrente ano, no Município de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Olikiwski, ocorrido no dia 25 de maio do corrente ano, no Município de General Carneiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 036/85, que denomina de Prefeito João Batista Distefano a PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine junto a EMOPAR, reformas no prédio do Grupo Escolar São Cristóvão no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Governador do Estado, pela criação e estréia nacional da Orquestra Sinfônica do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos organizadores do 1.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde, (Campo Mourão, 26 a 28 de abril do corrente ano). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, pela realização do Encontro de Saúde Comunitária do Norte do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Televisão Tarobá do Município de Cascavel, pelo lançamento do Programa "Fruto da Terra". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Flávio Ghelere Júnior, pela sua posse como Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando moção de apoio desta Casa ao requerimento n.º 036/85, aprovado pela Câmara Municipal de Paranavaí, que objetiva a criação e instalação do curso de agronomia naquele município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Senhor Diretor Presidente do Conglomerado BAMERINDUS, pelo recebimento de título de "Personalidade AECIC 84". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial do jornal "O Encontro" sob o título "Os Lapsos da Nova República". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Doutor José Carlos de Andrade Vieira, quando foi homenageado pela Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba com o título "A Personalidade AECIC 1984". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de uma rede de telefonia rural na localidade de Água Quente, Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Responsável pelo DSTC - Departamento dos Serviços de Transportes, encarecendo a modificação do horário de saída do ônibus que faz a linha entre os Municípios de Jandaia do Sul e Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte para prestar declarações em Plenário, sobre as razões da exoneração de Oraci Gemba do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra. **Em discussão.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Para discutir).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da forma em que as coisas foram postas na imprensa paranaense no episódio das exonerações da Elisa Martins, Yara Sarmento e Oraci Gemba, é mais do que justo que, a população do Paraná, mormente os Artistas e a Cultura do Paraná, tenham uma resposta definitiva e possam dirimir as dúvidas que por acaso e com certeza ficaram, na opinião pública!

As atitudes discricionárias do Senhor Secretário da Cultura e Esporte, e a impossibilidade dos artistas de reporem, a seu modo, a verdade dos fatos, levou-nos a apresentar este requerimento, para que os representantes do povo, com assento nas diversas Bancadas, possam questionar, e o povo na realidade tomar conhecimento dos verdadeiros fatos.

Temos em mãos, respostas as mais conclusivas refutando, ponto a ponto, as afirmações do Secretário Fernando Ghignone; temos também, no dia de hoje, a inauguração da Orquestra Sinfônica do Paraná, e, para que fique registrado nos Anais deste Parlamento, gostaríamos de ler a mensagem que nos foi enviada por Oraci Gemba a propósito das exonerações, e da inauguração da Orquestra.

Leio-a, não somente para que fique registrada nos Anais mas, para que os Parlamentares também possam sentir a beleza de formação de Oraci Gemba! (Lê):

“A História é vasta em exemplos traçados pela covardia. É a permanente desigualdade no emprego da força pelo poder.

Mesmo assim, encontramos uma forma de denúncia. Não fosse assim, deixaríamos de acreditar na bondade humana, como disse ANNIE FRANKE.

Quando o General Franco fuzilou Garcia Lorca, o mundo ficou estarecido, olhando o relógio do tempo que já marcava um certo avanço de civilidade. Não apenas Lorca, mas grande parte do chão da Espanha ficou úmido pelo sangue dos seus filhos sacrificados. Mas, naquela Espanha nada se podia fazer e as mãos recolheram suas lágrimas e ficaram de mãos postas esperando uma resposta de Deus. Já não era mais democracia.

Era mais uma vez, o poder golpeando um povo que, como nós, falava em liberdade.

O General Franco passou e sua cabeça foi levada pela correnteza do esgarço do seu povo.

Voltou-se a acreditar na bondade humana.

Mas, a História já estava manchada mais uma vez e a “lua de marfim de granada”, deixou de servir para a inspiração dos seus poetas.

Entretanto, era preciso voltar a acreditar na bondade humana.

Hitler transformou o mundo num imenso gemido, até agora ressoando em nossos ouvidos. Tudo muito recente, muito ontem. A liberdade, novamente, violentada pelo poder, sangrou a esperança do homem.

Entretanto, temos que acreditar na bondade humana.

Desfilar a infinidade de exemplos, seria uma retrospectiva amarga, quando este País ainda sente o calor da luta de Tancredo Neves pela nossa liberdade.

Nós, os artistas, como disse Brecht, “que pregamos uma terra de amizade e paz, nem mesmo bons amigos podemos ser”.

Somos faccionados pela corrupção do poder.

O estilete da covardia, da traição, da mentira, da prepotência, continua sendo cravado ao menor descuido nas nossas costas. As dimensões da crueldade são outras, mas a indignidade é a mesma.

Arrastamos, nestes últimos 20 anos, nossa bandeira de liberdade, de democracia, lembrando sempre as cicatrizes ainda abertas pelas injustiças ditatoriais.

Em pleno processo de esperança pela conquista de um tempo novo, no auge de nosso trabalho de recuperação, a traição veste-se com farda de sargento, trama e golpeia na calada da noite.

Novamente, a difamação se transforma em baioneta ou em forno crematório. Avançam e se instalam, militarmente, no terreno que aramos. semeamos e deixamos pronto para a colheita. Vão usar o plantio regado pelo nosso suor, sem diferença dos tanques de guerra que esmagaram grande parte da Europa durante o nazismo.

As dimensões são outras, mas as injustiças e a dor são as mesmas. Novamente, a História é manchada pela ânsia do poder.

Apesar disso, somos obrigados a acreditar na bondade humana.

Repartimos nosso golpe de dor com os amigos, a fim de aliviar a vergonha do grito que nos faria desesperado.

A injustiça, em qualquer dimensão que ela seja, é extremamente sofrida.

Mas, nessa dicotomia de humilhação e de força, continuamos acreditando na bondade humana. Sem isso como impedir que nossos artistas - como em granada - passem a ver a lua sem a mancha cruel da traição.

Que a traição devore nosso plantio de trigo se essa é sua limitação como seres humanos, mas que permaneça o chão para que outros - igualmente a nós - tenham a esperança em reiniciar nova sementeira de liberdade - pois ainda acreditamos na bondade e na justiça humana.

Pelos que estão do nosso lado, acredito que avançamos um pouco mais em direção à terra da amizade onde o homem respeita e ama o homem.

Hoje, quando o público subir as escadarias do Teatro, sentar nas poltronas que lhes é de direito e assistir a estréia da Orquestra Sinfônica do Paraná, que pense em nós com respeito. Que os instrumentos de corda, os de sopro, de percussão - enfim - todo o conjunto, ressoe a lembrança das nossas noites e dias de lutas pela arte e pela cultura no Paraná. Não devemos lamentar quem tombou pelo que ficará na eterna criação do artista. Devemos, isto sim, lamentar quem passou e nada criou para que se possa continuar acreditando na bondade humana.

A nós não interessa cortar a fita pela inauguração da obra. Interessa que a obra existe.

ORACI GEMBA”. (Termina de ler).

É homem deste quilate que de uma maneira intempestiva e desrespeitosa, foi exonerado da Fundação Teatro Guaíra. Quando há cerca de dois anos, vinha, diuturnamente, trabalhando em prol da cultura e das artes cênicas do Paraná.

As refutações da Doutora Yara Sarmento ao Senhor Fernando Ghignone, apenas para que os Senhores possam aquilatar o fundamento ou a fundamentação do nosso requerimento e possam lhe dar guarida, é que lerei algumas das respostas

juntamente com as afirmações do Secretário Fernando Ghignone. Ele dizia no jornal "Gazeta do Povo" de 15/05/85: "que as exonerações eram por causa das provocações e dificuldades de integração das diversas áreas da provações e dificuldades de integração das diversas áreas da Secretaria". A Doutora Yara Sarmento refuta-o dizendo: "que a Fundação Teatro Guaíra, comprovadamente, participou e promoveu durante a gestão, em conjunto com coordenadorias da Secretaria, inúmeras atividades. Em particular cita o projeto "Tardes Criativas", promovido pelo Museu Alfredo Anderson e pela Coordenadoria de Esporte, na qual a Fundação Teatro Guaíra participa através de seu setor de circo.

O projeto "Viva a Ópera", ítem como as tomadas e providências necessárias à implantação da Orquestra Sinfônica do Paraná, OSINPA, com a Coordenadoria de Comunicação Cultural, entre outros.

Muitas são as respostas da Doutora, eu apenas selecionei algumas. O Senhor Secretário Fernando Ghignone, afirma: "Os muitos fatos graves que configurariam a não obediência da Diretoria de Artes, à diretriz de suas pasta". - "Correio de Notícias" de 15/05/85.

A Doutora Yara Sarmento refuta-o num desafio. "Gostaria imenso, que o Senhor Secretário, esclarecesse quais são esses muitos fatos graves para que eu tivesse chance de defesa. Se a diretriz da pasta da Cultura perseguir, demitir, pressionar, fazer terrorismo, tráfico de influência, ameaça em tentar comprometer pessoas, pelo simples fato de elas terem a honestidade de expressar seu desacordo, acho mesmo que desobedecer é até obrigação a quem tem o mínimo de consciência, responsabilidade e honradez".

O Senhor Secretário afirma em outro jornal da Capital: "As manifestações contra as demissões não representam todas as classes envolvidas contra com o Guaíra". "Tribuna do Paraná", "O Estado do Paraná", em 22/05/85.

Isto são publicações que nos foram enviadas pela doutora Yara Sarmento mas que não chegaram a serem publicadas na grande imprensa de Curitiba e do Paraná.

Por isto, afirmo a necessidade para que Oraci Gemba, Elisa Martins, Yara Sarmento, também têm o direito de verem as suas verdades conhecidas pelo povo do Paraná. E também estranhamos que o Governador José Richa tenha aceito a exoneração de Oraci Gemba, sem dele ouvir antes as suas ponderações e os seus arrazoados. Mas respondia então a Doutora Yara: "A Fundação Teatro Guaíra tem como atribuição essencial o atendimento às Artes Cênicas, Teatro, Dança, Circo e Ópera. A classe é composta por três categorias - trabalhadores, produtores e amadores. Se o pessoal dessas áreas e dessas categorias expressaram, até em ato público, seu estarecimento diante da arbitrariedade do Senhor Secretário, bem como diante do absurdo das suas declarações à imprensa, pergunto:

A que outras classes o Senhor Fernando Ghignone se refere?

O Senhor Fernando Ghignone diz na "Tribuna do Paraná" de 22/05/85:

"Trabalhos que foram tratados como secundários por Gemba. Entre eles, o Conjunto de Dança". (Tribuna do Paraná, em 22/05/85).

A Doutora Yara Sarmento, responde: Nenhuma das unidades ou atividades da FTG ficaram em plano

secundário. O "conjunto de dança" - BALLET TEATRO GUAÍRA - teve todo o apoio e o incentivo que pudemos dar. A Companhia dançou o bailado "O Grande Circo Místico" no Estado, em cidades brasileiras e até em Lisboa. Apresentou-se também em outros programas durante esses dois anos. Montamos em 1984 o bailado "Giselle", (com guarda-roupa emprestado da Fundação Clóvis Salgado de Minas Gerais) e voltamos a realizar o Ateliê Coreográfico. Trouxemos professores renomados (Tatiana Leskova e Jane Blaut) para aulas aos bailarinos. Em março deste ano trouxemos Milko Sparemblek, um dos mais importantes coreógrafos da atualidade, para a montagem do bailado "A Pastoral" de Beethoven.

Segundo a crítica da imprensa nacional e do público presente, pelo que foi visto no primeiro programa de 85, levado à cena em abril, a Companhia está crescendo em seus aspectos técnico e artístico.

Declarar, como o Senhor Secretário fez, que ela "regrediu" em nossa gestão, é no mínimo desconsiderar o talento e a dedicação dos integrantes da Companhia Oficial de Dança do Paraná.

As contestações e os desafios são muitos e muito sérios. Não pretendo me deter na leitura de todas as respostas e de todas as publicações dos jornais que acusavam Oraci Gemba e Yara Sarmento até por vezes de incompetentes e de desrespeitosos.

Mas, para finalizar as respostas da Doutora Yara, lerei a resposta dada ao Senhor Secretário Fernando Ghignone, publicada na "Gazeta do Povo", aliás a afirmação do Secretário, publicada na "Gazeta do Povo", de 22/05/85, e as respostas da Doutora Yara Sarmento não foram publicadas, pelo que saibamos, em jornal algum.

O Senhor Fernando Ghignone afirma: Com as demissões foi neutralizada a célula de resistência detetada entre a coordenadora dos alunos de artes cênicas e trabalhadores de empresa de difusão cultural.

A Doutora Yara responde: "Parece que novamente o Senhor Secretário embolou o meio de campo. No intuito de querer justificar a sua atitude injustificável pretende envolver nessa tragicomédia a professora Elisa Gonçalves Martins, da Universidade Católica do Paraná, que até o momento só fez trabalhar com competência, seriedade e empenho.

A Fundação Teatro Guaíra deve a esta professora a implantação e o bom funcionamento a nível acadêmico do curso superior de artes cênicas o que veio impedir o fechamento em definitivo do curso de teatro que existe há mais de vinte anos na Fundação Teatro Guaíra como curso livre, o qual lamentavelmente não pudemos reconhecer oficialmente uma vez que a Secretaria de Estado da Educação, atendendo a política de não aplicação de curso de terceiro grau, não encaminhou ao Conselho Estadual de Educação o pedido da Fundação Teatro Guaíra de Parecer Técnico a regulamentação daquele curso permanente de teatro.

O espírito de revanchismo do Senhor Fernando Ghignone, dirigido a quem lhe faz verdadeira e leal assessoria, com questionamentos, críticas, conselhos e sugestões, sempre no objetivo de apresentar contribuições e ações da Pasta e mesmo, tentar preservar a imagem do Secretário, leva-o a não medir palavras e comportamentos".

Apenas por esta mostragem, Senhores Deputados entendo ser mais do que justificável a vinda do Senhor Secretário de Cultura e Esporte a este Plenário

para que todos os Deputados possam realmente questionar a atuação do Secretário, porque um Estado não cresce sem respeitar a sua cultura, as suas tradições, os seus artistas, os seus homens de letras.

Na medida em que nós desrespeitamos os homens que dias e dias, horas e horas se debruçaram sobre os livros e sobre a cultura mundial para forjar neste Estado do Paraná uma pujança e uma força de saber; na medida em que nós não respeitarmos estas pessoas que muitas vezes com sacrifício pessoal, com dificuldades econômicas pessoais eles não mediram esforços para projetar o Paraná e o Brasil no concerto das Nações cultas. A cultura é fundamental para um Estado.

Os homens que a administram, os homens que vivem a cultura, os homens que transmitem os seus conhecimentos aos seus pósteros, os homens deixam registrada a marca do seu trabalho indormido e incansável merecem de todos nós, homens do Poder Legislativo, e de todos os homens do Poder Executivo, o máximo de respeito e consideração. E neste episódio, não vejo e não senti respeito do Senhor Secretário de Cultura para com os homens da cultura do Paraná.

Assim sendo, Senhores Deputados, solicito o apoio de todos os Senhores para que a verdade seja esclarecida e os respeitos aos homens da cultura, do saber e das artes cênicas possam, de uma vez por todas, ser restaurado, e nós deixarmos plantada no solo paranaense e na atuação deste Parlamento que não permitiremos que tripudiem com a cultura ou com os homens que a praticam.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, simplesmente no encaminhamento não entraremos no mérito da questão porque acreditamos ser um ato administrativo, o Secretário Fernando Ghignone já esteve na reunião de Bancada, o pessoal do Teatro Guaíra estará amanhã também falando a sua versão, acho ser um assunto doméstico da administração pública do Estado, através das secretarias. Não acredito ser assunto de deliberação desta Casa de Leis a convocação de Secretário para este plenário para prestar esclarecimentos a respeito de possíveis demissões ou não, que uma vez mais reitero: não entramos no mérito do acerto ou não da medida, mas também não acreditamos na necessidade de convocação de Secretários de Estado no plenário desta Casa para prestar esclarecimentos sobre atos administrativos afetos à sua pasta.

A Bancada do PMDB franqueou a sua bancada para o Secretário e franqueia para o pessoal do Teatro Guaíra, e aí poderemos discutir internamente exatamente aquilo que interessa a um ato administrativo de uma Secretaria. Por isso mesmo, a nossa posição será contrária à convocação do Secretário nesta Casa e solicitamos aos companheiros do PMDB o procedimento igual. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, quero declarar o meu voto contrário por uma só razão: eu acho que a Assembléia e os Parlamentares e o Poder Legislativo devem ser vistos também como Poder preventivo de que realmente o legislador se reveste e não do caráter "curativo" como normalmente somos invocados. Depois que a casa cai é comum se buscar o Parlamento para tentar socorrer.

Acho que, se houvesse desentendimento no Teatro Guaíra e a Assembléia tivesse sido consultada "a priori" e fosse solicitada a interveniência, que nunca a Assembléia se negou e nenhum Parlamentar se negou, nós teríamos a capacidade de ter intervindo na hora propícia, na hora exata. Não concordo com a maneira como o Sr. Secretário conduziu o processo, mas acho que temos que respeitar a autonomia que ele tem para administrar a sua Secretaria. Portanto, se fosse solicitada a interveniência na hora oportuna, nós poderíamos ter discutido o assunto com mais propriedade, agora me parece que lamentavelmente é matéria vencida, e nós estaremos nos imiscuindo em assuntos que lamentavelmente já existe uma decisão. Por isso, o meu voto é contrário - e faço questão de ressaltar isso de que lamentavelmente nós, Parlamentares, só somos invocados na hora e quando realmente pouca coisa se pode fazer. Se fôssemos, na hora oportuna, como em muitas ocasiões participamos na hora apropriada para discutir, para tentar a intervenção, para tentar a negociação como diariamente vem a esta Assembléia, nós poderíamos talvez ter dado outro encaminhamento a esta questão e não ter dado inclusive um desgaste para o Governo e ter exposto ambos os lados numa discussão pública que, data vênica, me parece que não está levando a nada. Parece-me que é uma questão decidida e de que pouca coisa a Assembléia pode fazer neste momento. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Continua em discussão.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me no dever de justificar meu voto contrário, já que pela votação na tarde de ontem, no final da tarde, fui procurado por amigos atingidos pela decisão do atual Secretário da Cultura e cobrando posicionamento.

Tenho a esclarecer que há cerca de quinze dias, quando procurado por companheiros que atuavam no âmbito da Fundação Teatro Guaíra, tendo sido procurado para tomar conhecimento do assunto, imediatamente emiti que na segunda-feira seguinte, - há dez dias atrás, portanto, uma comissão dos envolvidos, diretamente interessada, nos procurasse aqui pela manhã, na Assembléia Legislativa, para que, na presença da Liderança da Bancada do PMDB, buscássemos um espaço na reunião da bancada, - na quarta-feira ainda antes das decisões serem tomadas, para que se procurasse a nível interno partidário se dar algum encaminhamento melhor, tanto da parte da Secretaria como dos envolvidos.

Lamentavelmente isto não ocorreu, por outros motivos alheios à vontade dos interessados e a minha justificativa ontem é a que faço hoje também, acredito que a reunião de bancada de amanhã cedo é o espaço próprio para que se trate da questão com o devido aprofundamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Há sobre a Mesa requerimento da Senhora Deputada Amélia Hruschka, substitua-se a expressão "declarações" por "esclarecimento", no texto do requerimento do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa adia a discussão do requerimento para a sessão de amanhã. A Mesa antes de continuar a sessão para, em Comissão Geral, ouvir o representante da Associação Brasileira dos Municípios, anuncia a Ordem do Dia para a sessão de amanhã.

ORDEM DO DIA

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 58/85
REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 01/85, 04/85, 06/85, 366/84, 386/84 e 327/84.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 27 a 32/85.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 33 a 38/85.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 57/85.

A Assembléia está transformada em Comissão Geral. Falará o representante da Associação Brasileira dos Municípios, sobre a Reforma Tributária, o nobre Prefeito de Guarapuava Nivaldo Krüger.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Como a matéria foi votada e nós entraremos na parte do pronunciamento do Secretário da Associação Brasileira dos Municípios, pediria a liberalidade de Vossa Excelência para, nesta questão de ordem, aproveitando o som que está ligado nos gabinetes dos Senhores Parlamentares, convocá-los para comparecerem a este plenário, visto ser este assunto um dos mais importantes que este Parlamento precisa tratar. Em virtude de sermos cobrados sistematicamente pelos municípios de um posicionamento legislativo com respeito ao verdadeiro estrangulamento porque passam os Municípios e os Estados, necessitando de uma Reforma Tributária urgente. E pouco, muito pouco de esclarecimentos ou de esperanças temos a dar aos Prefeitos. Parece-me que a Proposição da Associação Brasileira dos Municípios vem de encontro aos interesses dos Municípios. Se na verdade aqui formos debater, no dia de hoje, uma forma de acelerar, embora não na sua totalidade, mas desafogar os Municípios, seria de suma importância que os Parlamentares aqui estivessem, para podermos debater com a Associação Brasileira dos Municípios, um encaminhamento desta Proposta de Reforma Tributária, que pudesse devolver a autonomia financeira aos Municípios. Por isto, agradecendo a liberalidade de Vossa Excelência, Senhor Presidente, aproveito para convocar os Senhores Parlamentares que estão nos seus gabinetes, para a importância deste debate que se travará aqui, na Assembléia Legislativa que irá, sem dúvida alguma, beneficiar a todos os Municípios do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - A Mesa acata a convocação de Vossa Excelência e antes de passar a palavra ao nobre ex-Deputado Nivaldo Krüger e Secretário Geral da Associação Brasileira dos Municípios, fará soar as campanhas para advertir os Senhores Parlamentares da palestra que será iniciada.

(Soam as campanhas)...

Com a palavra o Prefeito Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhores Membros da Mesa; Senhores Deputados.

Desejo em primeira mão agradecer em nome da Entidade que represento, a Associação Brasileira dos Municípios, com sede em Brasília e com escritório na cidade de Curitiba, esta preferência que este Poder faz a uma entidade de classe que vem buscar guarida no seio desta Casa para uma tese de maior importância para o desenvolvimento da vida política nestes Estados brasileiros, nos Municípios brasileiros e para a própria saúde do sistema federativo.

Estar aqui entre os Senhores Deputados, ser acolhido nesta Casa, é para nós, reafirmo, motivo de grande honra.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o diagnóstico da situação dos Municípios e Estados brasileiros é de todos conhecido. Não perderemos tempo em repetir os efeitos desta política concentradora contida na essência do Sistema Tributário Nacional.

São conhecidas as suas consequências pela retração das atividades destas entidades federadas, os Estados e Municípios; pela exiguidade dos seus meios; pela quase inviabilidade da realização da sua função prevista na Constituição Brasileira; das restrições e até do caos em alguns casos em que Estados e Municípios se encontram, caos financeiro.

Esta realidade, Senhores Deputados, atinge diretamente Prefeitos e Governadores, mas atingem também Deputados das Assembléias Legislativas e da Câmara Federal, sendo eles representantes de unidades municipais de Estados brasileiros que não deixam de receber o impacto desta situação e sofrer os desgastes decorrentes desta circunstância histórica porque passam os Estados e Municípios brasileiros.

Daí porque nós desenvolvemos no país através da nossa entidade associativa uma estratégia de ação que tem por finalidade buscar a aliança, buscar apoio no seio das Assembléias Legislativas dos Estados brasileiros; buscar apoio junto aos Governadores de Estados e às forças políticas com representações as mais diversas possíveis, para que encontremos imediatamente uma solução para esta angustiante situação.

Tem-se anunciado de que a Reforma se fará através da Assembléia Nacional Constituinte.

O Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda, têm afirmado as suas intenções e até um ato público designando uma Comissão Especial para estudar a Reforma Tributária, já foi aprovada pelo próprio Presidente da República.

Entretanto, se juntarmos e conferirmos as datas, os prazos, nós verificaremos que esta Reforma somente poderá entrar em vigor a partir de 89 e com os reajustes salariais, com a evolução inflacionária, Municípios e Estados ficarão até o fim deste ano totalmente inadimplentes.

A correção salarial de maio, somada à correção salarial obrigatória de novembro e mais as obrigações decorrentes da Legislação Trabalhista, deixarão no mínimo, cinquenta por cento das municipalidades absolutamente inadimplentes.

E como enfrentar esta situação?

Anuncia-se uma Assembléia Nacional Constituinte e a via da Emenda Constitucional nos parece absolutamente inadmissível.

Como se emendar e se propor emendas à Constituição, ante a expectativa de uma Assembléia Constituinte.

Pareceu-nos inviável, alguma coisa precisa ser feita, entretanto, imediatamente e a tese que nós estamos defendendo e para a qual vimos buscar aqui nesta Casa apoio e há de se fazer reformulação do Sistema Tributário Nacional imediatamente, via Lei Complementar.

O único caminho que se nos afigura viável, mas também só se viabiliza com grande movimento político.

O problema final é da classe política, é dos Vereadores, dos Prefeitos, dos Deputados, do Governador.

Partindo dessa premissa, que é inédita em termos de reformulação tributária, nós elaboramos um Projeto global alterando, não na sua estrutura, porque na sua estrutura nós dependeríamos de Emenda Constitucional, mas naquilo que o Sistema Tributário Nacional foi distorcido ao longo destes anos e surpreendentemente verificamos, que as distorções decorreram de Decretos Leis, de Leis Ordinárias e mesmo de Portarias.

Alguns Decretos Leis foram exarados ao arrepio da própria Constituição, como aquele que recentemente, em fins de 1983, retirava dos Municípios e dos Estados a possibilidade de auferir volumosas receitas oriundas do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, frustrando a conquista da Emenda Constitucional 23, do Senador Passos Porto, produto de uma luta do Movimento Municipalista Brasileiro.

Assim, Senhores Deputados, nós poderíamos enumerar os itens que fundamentam o Projeto, mas nós não vamos maçar esta Casa com uma enumeração que se alonga no decorrer de oito laudas.

Sinteticamente nós estamos visando um aprimoramento global, harmônico e o mais possível imparcial do sistema tributário, no sentido de conferir-lhe a necessária credibilidade, sem cogitar de alterações constitucionais buscou-se fixar metas efetivamente possíveis de alterações, passíveis de alterações constitucionais, buscou-se fixar metas que tenham em vista alteração do sistema tributário, através de Lei Complementar, apenas. Isto poderá representar o desafio que Estados e Municípios esperam, e sem uma providência desta linha fatalmente chegaremos ao fim do ano com 50 por cento das Prefeituras brasileiras, pequenos, médios e até grandes Municípios sem poder cumprir os compromissos essenciais.

A maioria dos Municípios brasileiros, hoje, estende com folha de 50 a 60 por cento, com mais o reajuste salarial esses Municípios ficam absolutamente deficitários, recorrer aos Estados? Inviável. Os Estados estão na mesma situação. Recorrer a empréstimos? Absolutamente inviável. Recorrer a que então? A partilhas maiores da União, via Constituição? Inviável, mesmo porque o déficit público da União está anunciado em 85 trilhões de cruzeiros e a Emenda Constitucional que tramita no Congresso, elevando o Fundo de Participação de 16 para 20, não será aprovada, certamente.

Caso seja aprovada, dará um desfalque no Tesouro, no Erário Federal da ordem de 45 trilhões de cruzeiros e nós temos certeza que a União, neste momento, não poderá arcar com esta responsabilidade.

Mas, via correção do sistema tributário nós poderemos reforçar extraordinariamente as receitas dos Estados e dos Municípios, sem entrarmos na questão central, no fundamento das receitas que é o IPI e o Imposto de Renda.

O exame que procedemos, pela primeira vez, para o conhecimento da Nação, através da Associação Brasileira de Municípios, propõe alterar, nada menos de que 38 dos duzentos artigos do Sistema Monetário Nacional, dos duzentos e poucos artigos do Sistema Monetário Nacional. Estas alterações abordam questões de regulamentação e de retorno ao que já possuímos, do que entrarmos propriamente nas Receitas do Governo Federal.

Ainda, Srs. Deputados, quero ressaltar alguns defeitos fundamentais do Sistema Tributário Nacional. Basicamente

ele se destinou a um Estado Unitário, com isto concentrou excessivamente os recursos em mãos da União, institucional e socialmente foi excessivamente concentrador e produziu uma injustiça social da qual todos nós somos testemunhas. Basta fazermos o confronto entre dois cidadãos deste País, um sendo alcançado pelo sistema tributário, pelos seus ganhos de trabalho e outro sendo alcançado pelo sistema tributário pelo seus ganhos de capital, o cidadão alcançado pelos seus ganhos de trabalho tem um ônus algumas vezes superior nas suas rendas do que aquele que auferiu recursos oriundos da aplicação financeira. Aí, evidencia-se, afora outros tantos aspectos, uma distorção insuportável. Do posto de vista empresarial, vamos encontrar a mesma situação: as especulações financeiras oferecendo às empresas vantagens superiores ou, então, ônus superiores às suas próprias folhas de pagamento.

Algumas empresas comprovaram-nos que o seu ônus trabalhista é muito inferior ao seu ônus financeiro. E deste terrível ônus, Estados e Municípios quase nada participam.

Conhecemos nós Prefeitos, Senhores Deputados, a grande angústia, em nosso interior, em busca da conservação das estradas alimentadoras, da rede viária, do sistema vicinal. E estamos nós, municípios, impossibilitados de atender a essa necessidade ou a essa aspiração.

Por quê?

Exatamente porque mascarou-se a reforma tributária contida na Constituição, através de um decreto lei, tirando-se grandes parcelas das receitas auferidas pelo IOF em transações com combustíveis, líquidos, gasosos e lubrificantes.

E, hoje, não há a quem apelar, não há a quem recorrer, restando, Senhores, apenas este caminho. E é para muito menos do que enumerar os problemas, ler o projeto de lei, dar conhecimento aqui neste plenário, dos artigos que alteram o Sistema Tributário, mas, muito mais, para buscar a sensibilidade dos homens públicos que têm assento nesta Casa para, conosco, em conjunto, aliarmos-nos em busca da aprovação pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar que corrige o sistema tributário injusto.

Aí resta a pergunta: mas e a iniciativa da lei?

A iniciativa deveria ser do Executivo, mas pode ser do Legislativo. Há correntes jurídicas no País que defendem esta tese, de que a Lei Complementar pode ter o seu início e a sua origem, partindo do Congresso Nacional. Queremos oferecer ao Executivo esta contribuição.

Se o Executivo não encaminhá-la, nós pretendemos encaminhá-la via Congresso Nacional. E aí precisamos do apoio das Assembléias, para que as mesmas reforcem esta posição dos Prefeitos brasileiros, das Associações que congregam Prefeitos de todo País, de forma que possamos oferecer à Nação, com urgência, aos Municípios brasileiros, com urgência, esta correção que poderá chegar até a 30% dos valores hoje auferidos pelas municipalidades e pelos Estados.

Outro grande defeito deste Sistema Tributário que é bom nós repetirmos. Ele, filosoficamente, se fundamenta no conceito veneziano, que é totalmente monetarista. E o que importa, finalmente, são os volumes econômicos manipulados. Não importa a justiça da distribuição.

O sistema é totalmente federalista. Serviria, como disse, inicialmente, a um Estado unitário.

Quer-se fazer a Nova República, quer dar-se ênfase ao federalismo e oferecer aos entes federados, Estados e Municípios, e é bom lembrarmos que no Brasil o Município federado, que o Município não é um órgão, não é um departamento, não está subordinado ao Estado, pelo contrário, é uma esfera de poder. Se se quer, realmente, restabelecer o princípio federativo republicano, é preciso que se corrija com urgência esse Sistema Tributário, sob pena de nós todos pagarmos um preço que nós não devemos pagar. A desmoralização do homem público pela impossibilidade de atender a anseios da sociedade.

A desmoralização da própria democracia, porque em eleições diretas nós aguçamos as expectativas do povo, e depois ficamos impossibilitados de atendê-las nos pontos mais fundamentais. Qual de nós já não disse, tantas vezes, aquele não, quando conscientemente sabíamos que tínhamos que dizer sim, ao clamor de uma comunidade pela construção de sua escola, pela abertura de sua estrada, pela construção da sua ponte, pela assistência social que deixamos de fazer. E de elementos fundamentais que credenciam junto à população, a imagem do homem público, e o conceito da própria democracia.

Esperar do Estado, quando os Governadores dizem, e eu ouvi ontem num desabafo sincero do Governador do Paraná, "estou como vocês, sem meios, sofremos tantos golpes, tantos cortes, mal podemos manter o funcionalismo, o custeio e as obrigações que precisam ser honradas em contratos de financiamento." E com os Municípios é a mesma coisa.

Nesta proposta, Senhores, que eu deixo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, de Projeto de Reforma do Sistema Tributário, vejam bem, é correção do Sistema Tributário, do Código Tributário, não é a reforma tributária que nós almejamos, que desejamos conquistar.

Ficam aqui, os elementos desta proposta para serem analisados, se apoiados como estão, enviaremos desta forma ao Congresso Nacional. Se entenderem os Senhores Deputados que estes itens, estes artigos, estes parágrafos precisam ser alterados, receberemos como valiosíssimas as contribuições desta Casa, as sugestões de alteração. O que é importante é que tenhamos consciência, de que sem esta correção de imediato, não teremos alternativas, nós iremos à inadimplência absoluta. Porque, recursos de ontem, é comum nos municípios, a população pensar que há um apelo feito ao Governador, se esse apelo for bem calçado, acompanhado de Deputado, das Lideranças locais, do Bispo e assim por diante, este apelo será atendido. E nós sabemos que geralmente estes apelos não são atendidos, por absoluta falta de meios.

E é exatamente com este objetivo que nós estamos propondo, fazendo proposta de reformulação do sistema tributário brasileiro. Até no máximo em 15 dias, ou no mínimo em 15 dias, esta Lei será aprovada. Depende da vontade do Congresso Nacional.

Assim, Senhor Presidente, agradeço em nome da Associação Brasileira de Municípios, em nome de seu Presidente que me pediu para transmitir esse agradecimento, esta oportunidade que nos foi dada. Aos Líderes das Bancadas, ao Líder do PMDB, da Frente, do PDS, do PTB, enfim, de todos os partidos que têm assento nesta Casa. Nós ficamos agradecidos sobremaneira, e de forma muito especial honrados por esta extraordinária deferência que os

Senhores fazem ao municipalismo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE : (Nilso Sguarezi) - Nós consultamos o nobre Prefeito se está disposto a responder a algumas indagações dos Senhores Deputados, parece-me que estão desejosos de inquirir ou apresentar algumas sugestões.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Senhor Presidente, se estiver ao meu alcance poder elucidar alguma coisa que tenha ficado vaga nesta explanação, tenho o maior prazer em responder aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE: (Nilso Sguarezi) - A Mesa coloca a palavra à disposição dos Senhores Deputados. Inicialmente o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS: - Em primeiro lugar, Senhor Presidente, gostaria de saber da Mesa se vamos ter oportunidade de receber uma cópia desse projeto de lei, de iniciativa da Associação Brasileira dos Municípios, que nos traz agora o Prefeito de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE: (Nilso Sguarezi) - A Mesa fará divulgar na Ordem do Dia, uma cópia desse projeto, que nos será entregue.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS: - Agradeço, Senhor Presidente.

Prezado Prefeito Nivaldo Krüeger: Como Deputado pela Capital paranaense e tendo sido quatorze anos Vereador, nesta Curitiba, tenho uma série de preocupações com relação ao Sistema Tributário e, mais precisamente, com relação aos impostos sobre a propriedade imobiliária.

Durante algum tempo, na Câmara Municipal de Curitiba, nós tentamos fazer incluir na Legislação Tributária de Curitiba, o Instituto da Alíquota Progressiva Anual, para os terrenos não edificados em condições tais e quais, que com uma lei específica apresentamos na Câmara Municipal. Aprovada pela Câmara, ela foi vetada pelo Prefeito da época, que alegava entre outras coisas o fato de que o Instituto da Alíquota Progressiva Anual, não constava na Lei Federal que definiu o Sistema Tributário Nacional.

E eu pergunto a Vossa Excelência, meu nobre Prefeito, se nesse Anteprojeto também teve essa preocupação, porque a Alíquota Progressiva Anual sobre os terrenos não edificados, uma vez instituída, vem evidentemente proporcionar um instrumento para as administrações municipais, a fim de combater especulação imobiliária, e que conseqüentemente, uma vez combatida, a especulação imobiliária vem proporcionar maior facilidade de inúmeros projetos de interesse social, como o caso de Conjuntos Habitacionais, já que, com a Alíquota Progressiva Anual, a tendência evidentemente é forçar uma redução no preço dos terrenos.

Gostaria de saber se esse Projeto enfoca este pormenor.

E por outro lado, perguntaria também, se há um enfoque com relação ao solo criado, que pode proporcionar também, um instrumento para aumentar, pode, eu estou afirmando, não estou afirmando que provocará, mas pode provocar, no sentido de aumentar a Receita dos Municípios,

principalmente nas cidades que estão permitindo a execução de edifícios com gabaritos, até certo ponto excessivos, e que não trazem na devida proporção, os benefícios financeiros para aumentar a Receita Municipal, na mesma proporção dos investimentos feitos nesse sentido.

São dois questionamentos que eu gostaria de saber: se o projeto que Vossa Excelência nos traz hoje aquinhoa com alguma coisa nesse sentido.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Deputado, por favor: A segunda questão é sobre solo criado. Bom, a preocupação do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos é uma preocupação de grande valia, de grande importância.

Entretanto, um projeto de lei do sistema tributário tem que respeitar autonomia do Município e o IPTU, tanto o IPTU como o ISS são tributos da esfera do Município. A União confere ao Município o poder de organizar, segundo seu peculiar interesse a sua economia e cabe então ao Município, ordenar o processo de cobrança segundo determinação da Câmara dos Vereadores. Não seria possível descer o Código Tributário Nacional a esses aspectos, porque estaria quebrando o princípio da autonomia municipal.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Permita-me,

Prezado Prefeito, mas a alegação das administrações anteriores em Curitiba são justamente no sentido de que o Código Tributário Nacional não cria o instituto, por exemplo, da alíquota progressiva anual para cobrança de impostos.

O SR. NIVALDO KRUEGER - É uma informação sem fundamento, desculpe, completamente descabida, porque, veja bem, na organização nacional, cabe à União, dois grandes tributos: IPI e o Imposto de Renda, e ela os regulamenta.

Cabe ao Estado dois tributos: o TBI e o ICM e ele os regulamenta.

Cabe aos Municípios o poder absoluto de regulamentar, segundo o estatuto autorizado pela Câmara Municipal, o IPTU e o ISS. Então ficam esses tributos conferidos pela Constituição, como direito do Município.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS: - Mas a Lei Federal, prezado Prefeito - eu não quero aqui polemizar com Vossa Excelência - porque Vossa Excelência é muitas vezes mais do que eu, professor no assunto. Mas é evidente que a Lei Federal e Vossa Excelência disse há pouco, é uma lei centralista. Elimina inclusive os aspectos de federação neste País, de modo que o sistema tributário nacional, além de estabelecer a atribuição das diversas esferas do poder, com relação aos tributos, definindo quais os tributos que cabem a cada esfera, também estabelece determinadas condições, para que os Municípios legissem sobre aqueles impostos que lhes são atribuídos, entre os quais, não havendo expressamente na Lei Federal a oportunidade do Município instituir alíquotas progressivas anuais, as administrações municipais como as que tivemos aqui em Curitiba, despreocupadas com os altos interesses populares, impediram que se estabelecesse esse tipo de alíquota aqui em Curitiba.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Informo ao ilustre

Deputado que no Município de Guarapuava, nós temos alíquotas progressivas e elas são cobradas e não houve contestação alguma até o momento.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço o informe

de Vossa Excelência, o que vem comprovar o quão desligado dos interesses, dos elevados interesses sociais estavam as administrações anteriores à administração do Prefeito Maurício Fruet.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Porque se nós não fizermos isso, Vossa Excelência tem toda razão, se nós não tomarmos essa providência, haverá o aproveitamento daqueles que têm seus tributos estabilizados em função do progresso encontrado pelo esforço de todos, um enriquecimento injusto, pelo menos.

Estou à disposição, se alguém mais desejar fazer perguntas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Caro Nivaldo Krüeger, acredito que Vossa Excelência traçou bem o seu projeto, acredito na oportunidade dele, porque acredito que os Municípios brasileiros não terão fôlego para esperar até a Constituinte definir uma Reforma Tributária. Vê-se dia-a-dia o sufoco dos Municípios brasileiros, ainda muitos deles onerados com o "leasing" e nós chegaremos evidente e rapidamente numa situação em que os Municípios não terão condição para pagar a sua própria Folha de Pagamento.

Por essa razão, em nome da nossa Bancada, queria parabenizar Vossa Excelência por essa grande luta municipalista, porque creio que os Estados e a Nação só poderão ser fortes, a partir da célula municipalista, fortalecida.

Gostaria de agradecer a presença de Vossa Excelência nesta Casa e de dizer que estaremos, passo a passo, lutando com Vossa Excelência e com a Associação Brasileira de Municípios para essa conquista dos Municípios brasileiros, como única força de viabilizar a vida dos Municípios do nosso País.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Agradeço a Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Presidente, eu queria, ainda dialogando com o Deputado Adhail Sprenger Passos, chamar a atenção para o projeto que eu deixarei nesta Casa, à página 4, que trata da questão do IPTU, no seu parágrafo 2.º, no Artigo 32, parágrafo 1.º e parágrafo 2.º do Projeto.

Eu lirei apenas o 2.º:

"A caracterização de imóvel urbano, subordina-se à sua comprovada destinação, para fins de habitação exclusiva, permanente ou ocasional."

Em primeiro lugar, isto, Deputado, é para alcançar aquelas propriedades que, hoje, embora estejam no perímetro urbano, estão se beneficiando das vantagens do Imposto Territorial Rural. Grandes volumes, grandes volumes! Chácaras, chácaras de recreio e assim por diante

"De comércio, de indústria, de lazer ou de outros fins, que não caracterizem imóvel rural, obedecidas as disposições legais do Município ou relativas ao uso do solo... tem, como fato gerador, a propriedade do domínio útil, ou a posse do bem por natureza, ou por ascensão física, como definidos na Lei Civil, de características urbanas."

Quer dizer, são aspectos.

Se nós analisarmos uma cidade como Curitiba, uma cidade como Guarapuava, Londrina, nós vamos encontrar uma grande parcela de imóveis, que não são alcançados! Então, com isso, se regula, não é? A base de cálculo e imposto, é do valor venal do imóvel, facultando à Lei Municipal, instituir alíquotas Diferenciadas do imposto, com base em critérios relativos à

existência de edificações no imóvel, sua destinação, utilização efetiva, condições de sua ocupação e progressividade.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Prezado Prefeito Nivaldo Krüeger, em nome do Partido da Frente Liberal, da nossa Bancada, quero lhe cumprimentar pela sua presença nesta Casa e dizer que tive a honra de participar, com Vossa Excelência, na Associação dos Municípios do Paraná e conheço a sua luta municipalista, de muitos anos. E Vossa Excelência traz hoje ao conhecimento desta Casa, um Anteprojeto de Lei que é, na realidade, uma correção tributária, à apreciação dos Senhores Deputados.

Quero afirmar a Vossa Excelência que, a nossa Bancada irá receber a cópia desse Anteprojeto e, afirmando desde já, vamos estudá-lo com todo carinho, porém, pelo conhecimento que tenho da sua dedicação, da sua capacidade voltada à causa pública e ao municipalismo, sei que quase nada teremos a acrescentar. E terá o nosso apoio.

Cumprimento-o então por esse trabalho e meus votos de que Vossa Excelência continue, sempre, nessa luta, porque nós ainda temos muitas conquistas no setor municipalista. Sabemos que a reforma virá, e, hoje, um novo Programa do Nordeste haverá também de ser alterado, aquele Fundo de Reserva do Fundo de Participação dos Municípios que vai para o Nordeste, e, por quê não atender os pequenos Municípios, em todos os Estados?

Então, muitas conquistas ainda estão por vir, mas sei que Vossa Excelência continuará como um baluarte nessa luta!

Mais uma vez, os nossos agradecimentos pela sua presença hoje nesta Casa.

Digo que terá o nosso apoio, da Bancada da Frente Liberal.

O SR. NIVALDO KRUEGER - Eu que agradeço a Vossa

Excelência. E, para concluir, agradecer as intervenções, queria dizer que em três itens nós perdemos volumes fantásticos, via decreto.

Primeiro, a distorção do ICM do trigo, as operações em trigo rendem receita para o Distrito Federal, via decreto. A TRU nós estamos tentando corrigi-la, rende aos municípios a insignificância de 5 a 7%. O Imposto de Exportação, estão propondo a criação de um fundo. O Imposto de Exportação daria, segundo o Governador do Rio Grande do Sul, para o Rio Grande do Sul resolver plenamente seus problemas financeiros. O Paraná entra na mesma linha e todos os Estados exportadores. Nós não queremos que a União abdique o seu programa de estímulo ao desenvolvimento, mas também não queremos que a União use aquilo que pertence a Estados e Municípios para fazer a cortesia em favor de empresas que enriquecem às custas do nosso empobrecimento.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui mais uma vez o nosso agradecimento. E, concluo, entregando ao Presidente a cópia do Projeto, a sua justificativa e os fundamentos que embasaram este conceito. E queria deixar claro o seguinte: não vamos buscar solução via emenda constitucional, agora. Vamos via Lei Complementar e, assim, poderemos socorrer os Municípios e os Estados nesta contingência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Nós é que agradecemos a presença do nobre Prefeito Nivaldo Krüeger e tenha certeza Vossa Excelência de que esta Assembléia haverá de se incorporar nesta caminhada, para darmos ao municipalismo

brasileiro um tratamento mais adequado ao espírito da Nova República.

Está encerrada a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTONIO FONSECA, EM SESSÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 1985.

JORNAL O ENCONTRO - 25/05/85.

MEDIANEIRA

editorial

Os lapsos da Nova República

“...Então é um problema que a gente sabe que é angustiante, muito difícil para quem faz política municipal. E eu que sou um homem com origem na política municipal, sei o quanto é penoso para vocês”. Esta frase foi dita pelo governador José Richa na reunião da AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, dia 25 de março, em Foz do Iguaçu, referindo-se à substituição dos prefeitos nomeados naqueles municípios já extintos da área de segurança nacional. É ilusório ter a consciência sobre um determinado problema e, ao mesmo tempo, não fazer absolutamente nada para solucioná-lo.

O comportamento do governador do Estado, além de deixar apreensivas as lideranças municipais, que ora se deparam com um futuro incerto em relação à troca dos atuais interventores, tem gerado não apenas decepções, mas inclusive a firme promessa, por parte dos diretórios locais do PMDB, do rompimento definitivo com José Richa. Infelizmente, a demonstração de solidariedade do governador aos seus companheiros de partido não mais consegue apaziguar os ânimos dos peemedebistas mais afoitos, que já tornaram público o propósito de abandonarem a sigla. Este episódio da não nomeação de novos prefeitos pode custar caro ao governo estadual. Se a atual situação perdurar por mais algum tempo, pode haver uma debandada geral de membros do PMDB rumo a outros partidos; aliás, fato que já vem acontecendo: não são poucos os dissidentes do PMDB aptos a ingressar - e engrossar - as fileiras de outros partidos.

Antes, ainda tinha-se a desculpa de que a decisão final a respeito da substituição dependia só e unicamente do Presidente da República José Sarney. Agora, quando as circunstâncias permitem e acusam a autonomia do governo estadual para “tomar as rédeas”, definindo a questão, nada se tem feito de concreto neste sentido. As razões, embora não aparentes, estão na própria estrutura do governo da Nova República, sustentado por um pacto social, por um emaranhado de compromissos, os quais vêm tomando o lugar - e o tempo - dos altos escalões do governo Federal, em detrimento dos assuntos mais urgentes, ora reclamados pela população brasileira.

Não precisamos ir muito longe para constatar essa realidade: a posse do ex-governador Ney Braga na presidência da Itaipu Binacional, constitui-se para nós da região oeste a prova maior de que na hora da distribuição das fatias do poder, as cartilhas e os mandamentos políticos rezam que o mais sagrado e o prioritário é agradar a “gregos e troianos”.

Neste país onde a moralidade virou caso de polícia, os maus exemplos são seguidos à risca pelos imitadores de linhagem menos nobre e até por oportunistas profissionais: Ney Braga apenas é o carro-chefe a liderar o jogo de interesses, cujas cartas-marcadas foram distribuídas pelo “saudosos” Tancredo de Almeida Neves. Os seguidores do dito cujo (evitemos citá-lo

pelas péssimas lembranças que o seu nome traz aos paranaenses) já estão apresentando suas credenciais para o embarque no trenzinho da alegria. O prefeito de São Miguel do Iguaçu, Albino Bissolotti, deixa o cargo na próxima segunda-feira e, em dois atos apenas, espera a poeira baixar; dá sua parcela de contribuição para a Frente Liberal e segue sua carreira - política e econômica - junto à maior hidrelétrica do mundo.

Anjos, debandai! A frase, colocada no imperativo é tão proposital quanto o conteúdo intencional que reside na relutância traduzida para nós; e motivo de precaução para eles, - o governo Estadual - em mostrar e deixar óbvio, pelo simples fato de que realmente o está, de mãos amarradas, impossibilitado de exercer o poder decisório, preso a um jogo de interesses, a uma teia de compromissos, assumidos sabe lá por quem e em troca de que benesses. Os anjos daqui, seriam aqueles políticos crédulos a semearem a bem-aventurança (já que os tempos de bonança não vêm), e cumprindo - religiosamente - os compromissos de sua arquidiocese: o Palácio do Planalto e, numa instância inferior, via Palácio Iguaçu.

Credulidade tem limite, que pode acabar diante da inoperância demonstrada pelas lideranças políticas do PMDB. Ou o governo do Estado passa a ouvir as suas bases partidárias, ou, caso contrário, o rompimento será inevitável. Mesmo porque, a exemplo do que disse o Deputado Estadual José Antonio Fonseca na presença de José Richa: "... Estes interventores não tem a sua confiança como não tem a nossa". Ou teriam, hein, Governador? Esperamos pela réplica com a ação governamental, de preferência.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO ACIR MEZZADRI, EM SESSÃO DO DIA
28 DE MAIO DE 1985.**

Senhores,

Honrado por ter sido escolhido pela dinâmica Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, como A PERSONALIDADE AECIC 1984, uso da palavra para, desde logo, agradecer o gesto nobre que me agraciou com essa nímia distinção.

O reconhecimento dos membros dessa entidade à minha atuação como empresário é claro que me envaidece, sem que, entretanto, perca a dimensão da enorme parcela de generosidade dos ilustres promotores da homenagem e do que tem representado para as minhas atividades a qualidade da herança recebida e o apoio dos meus companheiros de trabalho, o que sobretudo a responsabilidade de depositário desse título tão dignificante.

Se alguns valores puderam ser invocados para que eu fosse agraciado com essa distinção, eles serão modestos mas carregados de significado para mim, como a fé, a confiança e o trabalho.

A fé, crença no amanhã brasileiro, que nos encoraja a prosseguir investindo no desenvolvimento de nossa atividade empresarial, apesar de todas as vicissitudes da economia nacional.

A confiança, de que nós brasileiros temos o talento necessário para resolver nossos próprios problemas. O observador

desapaixonado que olhar à sua volta verá que a sociedade brasileira tem ainda muito a fazer embora muito tenha feito nos últimos trinta anos!

O trabalho, ininterrupto e incansável pois só ele é solução duradoura para nossos problemas; a fonte única da riqueza coletiva e do bem-estar permanente das nações.

Também o que me tem animado no cumprimento das minhas atividades empresariais é a convicção inabalável de que só uma sociedade baseada na livre empresa, economicamente democrática, em que o jogo político e a atividade econômica sejam abertos a todos, pode garantir crescimento com dignidade e com liberdade, valorizando o **HOMEM**, a quem o desenvolvimento deve se dirigir e beneficiar.

Acredito, por isso, na diversidade de opinião, na dessemelhança de aspirações, na individualidade do cidadão, no livre debate, no direito e no dever da comunidade de discutir seus problemas e por eles responsabilizar-se.

E acredito que é um dever social do empresariado articular-se e expressar-se politicamente, contribuir para a formação de nossa nacionalidade e a configuração de nossas instituições jurídicas e políticas, sem tibieza e sem vacilações, participando do jogo político com os demais segmentos da sociedade brasileira.

Estamos diante do alvorecer de uma nova época em nosso País. Por isso, fala-se que estamos no limiar de uma **NOVA REPÚBLICA!**

Começa a florescer o debate a respeito da nova Constituição que irá disciplinar e reger a vida nacional. E em breve os diferentes extratos sociais que compõem a Nação estarão sendo convocados para o amplo debate nacional sobre as linhas mestras da nova Carta.

Nós - os empresários - não podemos nos omitir. Com a mesma legitimidade de outros segmentos sociais, temos de lutar por uma ordem jurídica e institucional que consagre a liberdade de iniciativa, a igualdade de oportunidades e de responsabilidades, premie o trabalho e o risco assumido, estimule a inovação e a descoberta científica, recompense a eficiência e incentive o investimento produtivo.

Diz-se que o fóro próprio para a discussão da nova Carta Magna é o de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo os doutrinadores, só se justifica a chamada do eleitorado para a eleição de Constituintes, quando, por exemplo, em virtude de um movimento revolucionário, o órgão que exerce o Poder Legislativo está dissolvido ou quando se registra qualquer outra ruptura da ordem legal.

Daí a força vigorosa, o poder supremo, a soberania desvinculada de qualquer ordem superior, dessa Assembléia que é convocada por quem investido do chamado poder constituinte originário.

A Assembléia Constituinte assim convocada pode até abolir a Federação e mudar o regime republicano para o monárquico, além de desfrutar de um quorum para deliberar com maioria simples e poder decidir em conjunto, sem as duas Casas do Congresso ordinário.

E os arautos de uma nova ordem econômica e social ditada por ideologias alienígenas estão por aí afora a pregar sua doutrina com vistas a essa Constituinte.

Todos nós somos abertos ao progresso e defendemos as inovações que criem condições e oportunidades para que a comunidade brasileira possa gozá-las e usufruí-las.

Mas é preciso estar-se alerta e atento no sentido de que a Constituinte a ser elaborada seja nem só o sustentáculo de uma nova ordem jurídica que garanta a unidade política do povo brasileiro como se harmonize com as nossas mais caras tradições de nação livre e democrática.

Entre as variadas questões que informarão, afinal, a elaboração da nova Carta Magna, sobreleva, pela importância de que se reveste, a que examinará o alto grau de intervenção do Estado na vida econômica do país, sendo certo que a tendência observada ao longo dos anos é a de aumento da presença estatal na economia.

Concordo com o que disse um editorialista pátrio: "ou se reduz o grau de intervenção do Estado na vida econômica ou a luta pela democracia terá sido em vão: o poder econômico do Estado é um mal incurável num organismo democrático".

O sistema tributário se constitui em outro tópico que deverá ser profundamente revisto, pois, o déficit público não pode ser reduzido à custa do simples aumento da carga tributária, promovendo uma injusta transferência da renda das famílias e das empresas para financiar os custos — frequentemente discutíveis — da máquina estatal.

Por sua vez, o estrangulamento dos orçamentos estaduais e municipais tem sido constante motivo de preocupação. Não estaremos pensando corretamente no futuro democrático do Brasil se não fizermos uma revisão na estrutura federativa que assegure àquelas unidades políticas maior autonomia, a partir de uma reforma séria da partilha tributária.

A discussão em derredor da reforma agrária também será tema a interessar os que estiverem envolvidos na elaboração da Carta. O uso e aproveitamento do solo devem consubstanciar capítulo que trace os contornos de projeto o mais racional, o mais produtivo, o mais rentável, o mais duradouro, sem violência à terra, sem devastá-la, sem destruir o meio ambiente, preservando-o, intransigentemente.

A simples repartição da terra em várias porções, à pessoas sem condições de usá-la e torná-la produtiva, seria o caos e longe de resolver o problema, só o agravaria.

A Constituição que desponta — longe dos impulsos ocasionais ou dos atropelos de reivindicações emergenciais — será o instrumento ideal para implantar uma nova estrutura fundiária no Brasil.

Não pretendo, é claro, neste pronunciamento, abordar todos os temas que estarão empolgando o plenário da Constituinte, tais como aspectos da ordem econômica e social, com a valorização do trabalho como condição de dignidade humana ou da organização da família, com paternidade responsável, para que populações não vivam ou sobrevivam em situações subumanas; a declaração de direitos, etc.

Entretanto quero apenas abordar dois tópicos que estão a reclamar a maior atenção quando se pensa em uma nova carta.

Vivemos um momento de transição em que o sistema eleitoral passa a incorporar alterações profundas, permitindo o voto do analfabeto enquanto elimina o sistema distrital misto.

Pessoalmente, entendo que deveria ser mantido e efetivamente implantado o sistema eleitoral distrital misto, e facultativo, comum nas democracias modernas pois é aquele que melhor aproxima candidato do eleitor, tornando mais "eficiente e verdadeira a representação dos interesses da população" uma vez que a seleção eleitoral ocorre no círculo mais reduzido possível.

O voto distrital, vinculando o representante a uma certa e restrita base comunitária, torna-o obrigatoriamente mais cômico de seus deveres para com o eleitorado e respectiva comunidade, se tiver a pretensão de renovar o mandato e ter sucesso como delegado do povo.

Retirado da Constituição, o voto distrital passa agora ser tema de reflexão política. Como também deve ser a questão da sua obrigatoriedade. A democracia não convive com essa obrigatoriedade do voto.

Será importante também rever a integração do sindicato na área do Estado, em termos de participação no equacionamento das relações entre capital, trabalho e governo, e não de mera submissão ao poder público.

O documento "Roteiro para a Nação Brasileira", produzido pela Associação Comercial de São Paulo que, a partir de uma série de conferências pronunciadas em 1984 naquela entidade, elaborou um texto-síntese, preservando o pensamento original dos conferencistas, dos quais tive a honra de ser um deles, assevera que na atual estrutura, o sindicato, para se impor, precisa de reconhecimento pelo Estado; para viver, repousa sobre a receita compulsória da contribuição sindical; para atuar, precisa que o Estado lhe defina a área territorial em que terá a representação, e fica colocado no enquadramento que o governo lhe destina. É pois mínima a autonomia sindical de empregados e empregadores. Embora grande a dose paternalista da parte do governo.

Só com a plena liberdade do sindicato diante do Estado, reformulando-se a atual estrutura que encontra seu fundamento no texto constitucional que o faz órgão de colaboração do Estado, quando na verdade é representante dos interesses dos grupos profissionais, é que se poderá abrir caminho para uma autêntica democracia social.

Isso, é claro, na medida em que o brasileiro conscientizar-me de sua participação comunitária. Infelizmente poucos têm o senso do que seja vida comunitária.

Enquanto se pensar de maneira distorcida e alienada no tocante à comunidade onde se vive de fato, não tem sentido falar no valor de organizações, como os sindicatos,

no seu papel de representantes dos interesses de grupos profissionais. Pelo desinteresse de muitos, os sindicatos acabam manipulados por uns poucos, nem sempre bem intencionados e que não raro têm levado o país a situações de crise bem perigosas.

Por outro lado, e entre parênteses só alcançaremos um razoável "modus vivendi" entre empregados e empregadores na medida em que a inflação deixe de ser o elemento desagregador e desestabilizador dos interesses legítimos de cada uma das duas categorias. De consequência, ambas as partes, patrões e empregados, devem exigir do Governo o combate sério, agressivo e decidido contra o espectro da inflação para que acordos resultantes dos encontros sindicais sejam duradouros e eficazes.

Assim, meus companheiros empresários, nesta hora em que o Brasil se encontra diante do histórico desafio de se transformar numa democracia moderna, pluralista e estável, mercê da revisão de suas instituições políticas, sociais e econômicas, levanto uma indagação que deixo para a reflexão dos senhores!

Quais os exemplos que o Paraná, seus empresários, seus políticos, seus cidadãos, têm a oferecer ao Brasil neste momento decisivo?

Temos muitos!

Tivemos no passado!

E graças a Deus, continuamos tendo no presente!

Vejo na receita deste Paraná em que vivemos uma série de ingredientes preciosos que não podem faltar ao novo Brasil que tanto desejamos.

O Paraná é o Estado que foi feito aberto aos migrantes e imigrantes que aqui têm chegado.

Quem aqui não é descendente de mineiro, paulista, gaúcho, catarinense ou alemão, polonês, japonês, holandês, italiano ou árabe, como eu?

Não faz muito tempo — ainda neste século — aqui chegavam nossos pais ou nossos avós e com poucos recursos desbravaram com incrível disposição e coragem as imensas e densas florestas, cruzaram os rios sem pontes e atolaram suas carroças nos caminhos de difíceis trilhas.

Com esse arrojo e tenacidade construíram Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama e tantas outras cidades, hoje grandes centros irradiadores da economia e onde se vive com conforto e segurança.

Toda a saga dessa conquista se deu quando o Governo era uma realidade distante, com a mínima participação do Estado que se limitou ao seu papel na construção de uns poucos caminhos, algumas escolas e postos de saúde... e as infalíveis coletorias estaduais...

Tudo isso, Senhores, se passou há apenas 50 anos e já vamos nos esquecendo do que representou a iniciativa corajosa e pujante daqueles pioneiros.

Tanto vamos nos esquecendo que muitos já proclamam que a solução única para todos os nossos problemas sócio-econômicos está nas mãos exclusivas do

Governo que deverá gerar recursos para o crescimento da economia e atendimento social.

Não atinam esses que assim pensam que para o Estado aplicar recursos públicos antes do mais terá necessariamente que buscá-los dos contribuintes através de novos impostos ou novos gravames, como se não fosse bastante o que a imaginação tributarista já tem feito neste País.

Se ao adverso, o Governo não efetuasse gastos na busca milagrosa de gerar o crescimento da economia, sobriariam meios no bolso dos contribuintes e nas caixas das empresas privadas para que pudessemos investir, gerando, então, aí sim, o crescimento que reclamamos seja realizado pelo Estado.

O que pretendo enfatizar é que somente o trabalho — e não a simples aplicação do dinheiro público — promove o real desenvolvimento. O trabalho árduo, perseverante e metódico, sem custos mirabolantes, tal como foi realizado pelos nossos ancestrais, neste nosso querido Paraná!

Neste Paraná que a soma é o resultado da fé, da coragem, da tenacidade e do trabalho, muito trabalho diário, trabalho constante da gente desta terra que antes de mais nada confiou no seu próprio esforço, dessa gente que aqui chegou e continua chegando, como vemos no exemplo da Cidade Industrial de Curitiba, no convívio entre empresários brasileiros e estrangeiros. E continuam trabalhando, produzindo, transformando matérias primas em bens de primeira qualidade, através do talento e da mão-de-obra paranaense, dando emprego, pagando impostos e produzindo riquezas, suportando toda a sorte de riscos.

A alma paranaense forjada na agricultura, na luta individual do homem e da terra, contra as intempéries físicas e de mercado é o paradigma da livre iniciativa.

O Paraná é a síntese do esforço comum para transpor as adversidades na construção de uma sociedade moderna, produtiva e socialmente mais justa e com a liberdade que só a independência econômica pode dar.

Por tudo isso e muito mais, cabe a nós, empresários, do Paraná, o dever de — solidários — levarmos a todos os foros e instâncias onde se decidirão as diretrizes do Brasil da Nova República, a contribuição lastreada em nossas experiências e certezas.

Porque todos nós queremos que a competência, a capacidade do trabalho, o espírito aberto e sem preconceitos, a vocação associativa, a seriedade do político paranaense na condução do interesse público, enfim, todos esses traços que fazem do paranaense uma síntese da diversidade brasileira — não seja um privilégio do Paraná.

Nós queremos, sim, que tudo isso seja um privilégio do Brasil.

Portanto vamos ao trabalho!

Aí fora há um futuro à nossa espera.